



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16987 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

PRODUÇÃO STRICTO SENSU SOBRE PESSOAS TRANS: MAPEAMENTO EM NOVE UNIVERSIDADES FEDERAIS NORDESTINAS

Felipe Bueno do Nascimento - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Nelcyleide de Jesus Pedrozo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Diomar das Graças Motta - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PRODUÇÃO STRICTO SENSU SOBRE PESSOAS TRANS: MAPEAMENTO EM NOVE UNIVERSIDADES FEDERAIS NORDESTINAS

1 INTRODUÇÃO

Atualmente no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), estão em fase de desenvolvimento duas teses sobre pessoas transgênero. São os primeiros estudos sobre a temática a serem produzidos no PPGE/UFMA. Um deles está sendo elaborado por um pesquisador cisgênero e o outro por um pesquisador transgênero.

Identificamos o pioneirismo dessa temática ao mapearmos a produção acadêmica no campo dos estudos transgêneros realizados em todos os programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu* da UFMA. Constatamos que nessa instituição, a produção acadêmica sobre mulheres, gênero e sexualidade é vasta. Todavia, especificamente sobre pessoas trans, é escassa. Para se ter ideia, a UFMA já produziu mais de 500 estudos sobre mulheres cis, mas apenas 11 sobre mulheres trans (dez dissertações e uma tese).

Diante desses dados, decidimos expandir as pesquisas a fim de conhecer a situação da produção científica sobre pessoas trans em outras universidades

federais nordestinas. Daí, o objetivo deste estudo: ampliar o mapeamento das dissertações e teses sobre pessoas trans produzidas até agora (agosto de 2024), a nível regional.

Foram alvo das nossas buscas: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal da Bahia (UFBA), e a própria UFMA, para fins de atualização dos dados.

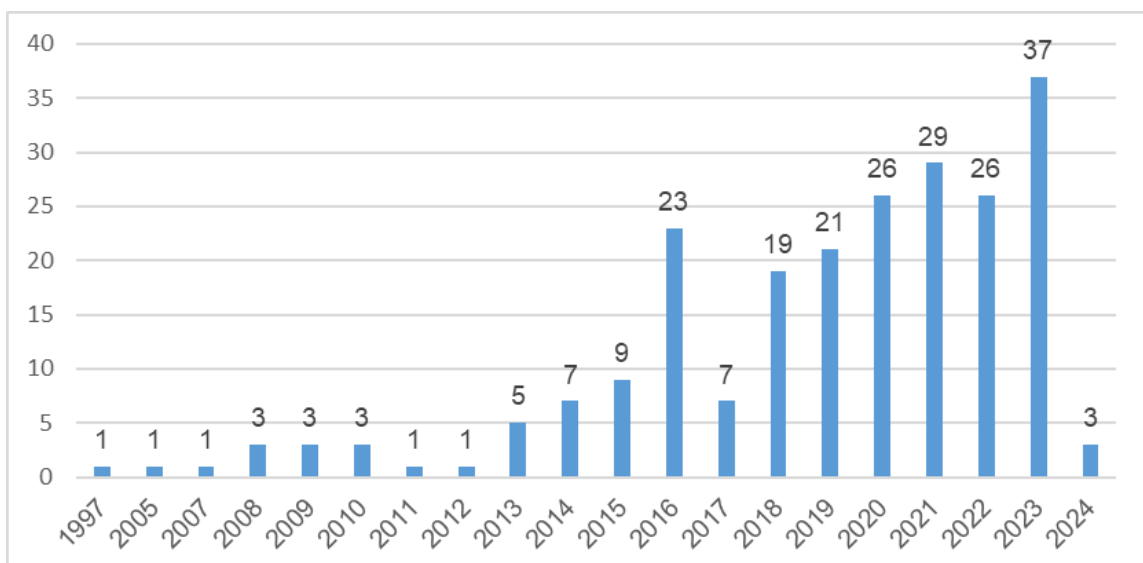
Com isso destacamos os quantitativos, as áreas de conhecimento, as autorias das produções, numa perspectiva comparativa das abordagens, possibilitadas com os elementos mapeados, numa perspectiva *stricto sensu*.

2 ELEMENTOS MAPEADOS

Cada universidade federal (UF) possui seu próprio repositório institucional onde armazena e organiza a produção científica e intelectual da sua comunidade. Visitamos e trabalhamos em todos eles, procurando os estudos através dos descritores “travesti”, “transgênero” e “transexual”. Para a seleção de estudos em nível *stricto sensu*, refinamos a pesquisa selecionando trabalhos do tipo dissertação de mestrado e tese de doutorado.

A inserção de cada descritor, seguido do “click” na tecla *enter* gerava um alto número de resultados, demandando tempo e atenção para selecionarmos apenas os estudos que eram sobre pessoas transgênero. Ao fim de toda fase de triagem nas nove universidades, foram identificados 226 estudos, sendo 168 dissertações e 58 teses. O primeiro deles foi defendido em 1997 e o último em março de 2024.

Gráfico 1: Quantitativo de estudos desenvolvidos por ano



Fonte: Nossa autoria.

Como é possível observar no Gráfico 1, o primeiro estudo sobre pessoas trans foi defendido em 1997 na UFC e se tratou da dissertação de mestrado do sociólogo Alexandre Fleming Câmara Vale, quando ele estudou a prostituição travesti em um cinema especializado em filmes pornográficos na cidade de Fortaleza/CE. O segundo estudo, realizado em 2005, é a tese do próprio Alexandre, também desenvolvida na UFC, que analisou o processo de feminilização de travestis através do chamado “voo da beleza”, considerado o movimento migratório de travestis brasileiras para outros países em busca da realização de procedimentos estéticos e de maiores ganhos advindos da prostituição internacional.

O Gráfico 1 também revela um crescimento significativo na produção de dissertações e teses com foco nas pessoas transgênero, principalmente a partir de 2016. Observa-se que 92% (207 dos 226 estudos) dessa produção foi desenvolvida nos últimos 10 anos, evidenciando um aumento na produção de estudos sobre pessoas trans nessas universidades. Na visão de Santos (2023, p.326), isso se dá “a partir do fortalecimento de demandas do ativismo LGBTI+, sobretudo de pessoas trans e travestis que alcançam visibilidade na cena política universitária”.

Mudanças significativas no perfil discente e docente das universidades brasileiras vieram sendo observadas como efeito das articulações entre os processos de democratização da educação superior e de cidadanização a população LGBTI+. Com essas mudanças, emergem novos interesses, demandas pela circulação de novos temas no âmbito da produção do conhecimento acadêmico, pelo reconhecimento de direitos e o combate às desigualdades e opressões, assim como se multiplicam partilhas de outras perspectivas epistemológicas e experiências. (Santos, 2023, p.326)

O desenvolvimento da produção acadêmica sobre pessoas trans acompanha o desenvolvimento apresentado pelos estudos na área de gênero em geral. O estudo de Hoppen e Vanz (2020) demonstrou essa evolução ao analisar mais de 31 mil artigos brasileiros publicados entre 1959 e 2019. Elas ressaltam o papel do movimento feminista ao trazer esses assuntos para a academia, mas também resgatam a influência da filantropia corporativa e seus financiamentos que se destinavam à produção de estudos de gênero. Acerca desses financiamentos, Miranda e Cordão (2021) apresentam uma análise detalhada.

No entanto, é importante apontar que, apesar deste crescimento, o número de pesquisas sobre pessoas trans ainda é pouco expressivo. E isso não só a nível acadêmico. Em março deste ano, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) emitiu uma nota pública sobre a produção de dados acerca de pessoas trans e travestis no Brasil. Nela, descreve a ausência de sistematização das informações como uma escolha política onde o Estado brasileiro opta por abordar as demandas das pessoas trans ignorando a sua existência.

Ainda refletindo sobre a escassez de dados sobre o tema, observamos que há muitos PPG entre as UF que compõe este estudo, que nunca desenvolveram uma dissertação ou tese sobre pessoas transgênero. Por essa razão, através do Quadro 1, registramos aqueles que já estão em fase de produção.

Quadro 1: Distribuição da produção mapeada por área de conhecimento

| % | Área de conhecimento | Programa de Pós-Graduação |
|-----|-----------------------------|---|
| 55% | Ciências Humanas | Sociologia, Psicologia, Antropologia, Educação, Direitos Humanos, História, Geografia e Políticas Públicas. |
| 19% | Ciências da Saúde | Enfermagem, Saúde Coletiva, Educação Física, Gerontologia, Fisioterapia e Odontologia. |
| 15% | Ciências Sociais | Comunicação e Cultura, Direito e Serviço Social. |
| 10% | Linguística, Letras e Artes | Artes, Dança, Letras, Linguística e Literatura. |
| 1% | Ciências Exatas e da Terra | Ciência da Informação |

Fonte: Nossa autoria.

No Quadro 1, utilizamos as áreas de conhecimento classificadas de acordo com a organização sugerida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Dos 226 estudos aqui mapeados, mais da metade, ou seja, 55% da produção foi elaborada e defendida na área das Ciências Humanas, indo de encontro ao descoberto por Hoppen e Vanz (2020) onde as autoras verificaram as Ciências Humanas como as maiores produtoras de estudos sobre gênero no Brasil, seguidas pelas Ciências da Saúde.

De forma geral, os PPG de Sociologia, Psicologia, Antropologia, Educação, Enfermagem, Saúde Coletiva, Direito e Linguística foram os responsáveis pelo maior número de produções, ou seja, são aqueles que mais desenvolveram estudos sobre pessoas trans no nordeste brasileiro.

Com relação ao gênero dos autores, homens e mulheres estudaram a realidade trans de forma quase igualitária, pois mulheres foram responsáveis por 53% dos trabalhos e homens por 47%. Esse dado se torna relevante quando o comparamos ao estudo de Hoppen e Vanz (2020) que detectou os homens como detentores da maior produção científica nos estudos de gênero, principalmente nas abordagens sobre desigualdade de gênero e saúde das mulheres. Em uma lista entre os mais prolíficos autores, as pesquisadoras observaram que os homens dominavam as cinco primeiras posições. O primeiro lugar tinha mais de 100 artigos publicados sobre o tema. A primeira mulher a figurar na lista ocupou o 6º lugar com 55 artigos.

A desigualdade de gênero no meio científico é percebida em outras áreas há bastante tempo, vide estudo de Moschkovich e Almeida (2015). Todavia, reconhecer esses dados nos permite afirmar que mesmo quando o assunto é sobre mulheres, são os homens que estão escrevendo sobre.

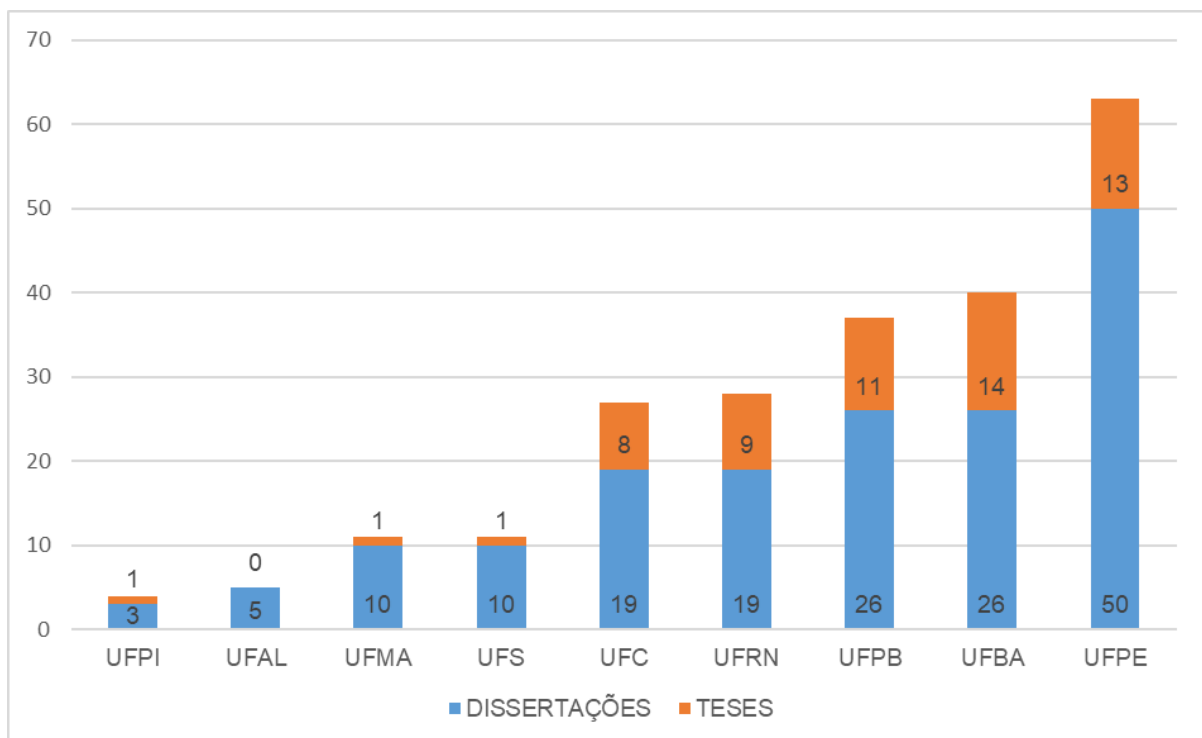
Será que o mesmo ocorre entre autores cis e trans? Na ocasião deste estudo, dado o quantitativo de trabalhos aqui elencados, não tivemos tempo hábil para analisar a identidade de gênero dos autores, com vistas a determinar em que percentual estariam os autores cis e transgêneros. De todo modo, analisando a

forma como se posicionam em seus escritos, presumimos que a maioria é formada por pessoas cisgêneras, seguindo a tendência dos dados encontrados no estudo de Bueno e Motta (2024).

A identidade de gênero dos autores é uma discussão que não pode deixar de ser feita. Seguindo a lógica de análise proposta pela professora Megg Rayara Gomes de Oliveira, é preciso problematizar quem está ocupando esse espaço de poder na construção dos discursos. Afinal, não é como se uma pessoa cis não pudesse escrever sobre uma pessoa trans, mas aguçar o nosso olhar para questionarmos o porquê são as pessoas cis que, em geral, são os pesquisadores, e porque as pessoas trans são, em geral, os pesquisados. Nas palavras de Megg “Quando aciono o conceito de cisgeneridade branca tenho plena consciência de que ele não designa uma realidade em si, sendo tão histórico e socialmente construído como qualquer outro” (Oliveira, 2023, p.166). Ou seja, não problematizar esse aspecto é atuar para naturalizá-lo, quando de fato, não se trata de algo natural, mas socialmente imposto.

A seguir, organizamos os estudos por instituição, a fim de aprofundar e especificar o panorama das produções.

Gráfico 2: Quantitativo de estudos sobre pessoas trans produzidos por instituição



Fonte: Nossa autoria.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos 226 estudos levantados nessa pesquisa, em cada universidade. Assim sendo, observa-se que UFPI, UFAL, UFMA e UFS são as instituições com menor número de estudos produzidos. Já UFC, UFRN, UFPB e UFBA apresentam uma produção quantitativamente superior. No entanto, incomparáveis a UFPE com seus 63 estudos, sendo 50 dissertações e 13

teses sobre pessoas trans já produzidas por seus acadêmicos.

O número de estudos por instituição reflete o compromisso acadêmico destas com as pessoas trans. A UFPE, campeã de pesquisas sobre o tema, têm se mostrado uma universidade receptiva aos seus alunos trans, ao promover uma série de eventos e ações de acolhimento e inclusão. Por outro lado, a UFS, foi recentemente condenada por transfobia após não respeitar o nome já retificado de uma aluna.

A UFPI, em último lugar no *ranking* das produções aqui mapeadas, só possui uma tese sobre o tema. Trata-se do estudo de Letícia Caroline Pereira do Nascimento, a primeira travesti a ser empossada como professora nesta mesma instituição.

2.1 Comparação entre os 35 primeiros estudos e os 37 defendidos em 2023

Observando novamente o Gráfico 1, é possível notar que entre 1997 e 2015, ou seja, um período de 18 anos, mapeamos 35 estudos. Já em 2023, ano de maior produção, foram mapeados 37 estudos. Observando essa relação, nos questionamos sobre o que haveria de diferente entre os conteúdos desses estudos realizados em épocas distintas. Por essa razão, analisamos e os categorizamos de acordo com seus objetivos. Para fins de organização, os 35 primeiros estão agrupados no que denominamos “Bloco 1” e os 37 realizados em 2023, no “Bloco 2”.

Os primeiros estudos do Bloco 1 foram focados na relação entre travestis e prostituição, incluindo com veemência o debate entre a expressão da sexualidade de travestis e o risco para infecções sexualmente transmissíveis, principalmente HIV. No entanto, o maior foco esteve nas análises que versaram sobre as alterações corporais e como isso influenciava na construção de identidades e subjetividades travestis.

A conquista da cidadania através da dignidade em ter seus direitos garantidos e respeitados também esteve presente nos estudos do Bloco 1, especialmente aqueles direitos que dizem respeito ao acesso aos serviços de saúde, ao envelhecimento seguro, a possibilidade de retificação de documentos (o processo de retificação de prenome e gênero só foi simplificado em 2018 através do Provimento nº73) e acesso ao mercado de trabalho.

Sobre o direito a educação, só houveram dois estudos. Um deles é a tese da professora Luma Nogueira de Andrade (primeira travesti a se tornar Doutora no Brasil e, também, a primeira pesquisadora a desenvolver uma tese com foco na experiência educacional de travestis) da UFC, em 2012, e o outro é a dissertação da psicóloga Daniela Torres Barros, da UFPE, em 2014. Ambas estudaram as

resistências de jovens travestis para permanecerem no espaço escolar.

O Bloco 2 é representado pela diversidade de pontos de vista sobre a existência de pessoas trans. No entanto, não há estudos relacionando travestis e prostituição, ainda que essa realidade não tenha sido alterada de forma significativa até os dias de hoje. Os dados da ANTRA de 2024, indicam que a maioria das travestis ainda são compulsoriamente empurradas para a prostituição, onde essa além de ser a fonte de renda mais frequente, também é a ocupação onde mais são assassinadas.

Percebe-se então, uma disposição dos pesquisadores e pesquisadoras para irem além nas temáticas que envolvem as pessoas trans, abordando-as por outras perspectivas, uma vez que tampouco houveram estudos sobre as alterações corporais oriundas do processo de transição de gênero. Nas pesquisas, o foco foi deslocado para outras questões, centrando na qualidade de vida.

Os estudos do Bloco 2 seguem, em parte, a proposta do Bloco 1 ao se debruçarem sobre a relação entre as pessoas trans e o acesso aos direitos básicos que lhes são negados, mas vão além ao se ocuparem em analisar o estresse pelo qual passam as minorias, a afetividade entre travestis, o ativismo virtual como forma de organização e empoderamento social, a transfobia do parlamento brasileiro, as estratégias de enfrentamento à violência infantil e sexual, a presença de pessoas trans no cárcere, o acesso ao mercado de trabalho e a passabilidade como estratégia de sobrevivência.

Se em 18 anos, o Bloco 1 produziu apenas dois estudos relacionando pessoas trans e educação, o Bloco 2, em apenas um ano, produziu sete. Isso indica uma inclinação científica para um fenômeno em crescimento: a presença e a permanência de pessoas trans nos espaços escolares e acadêmicos. Na visão de Santos (2023, p.328) os alunos trans que acessam o ensino superior, estão “hackeando” o sistema educacional ao “entrar na universidade como quem não participa daquele espaço, mas que encontra nele uma oportunidade de contar outras narrativas.”

O acesso á saúde é um dos temas mais recorrentes no Bloco 2. Dentre os estudos, dois deles se destacam, ambos da UFPE: a dissertação de Danielle Galvão que estudou a interseccionalidade na amamentação em homens trans (Galvão, 2023), e a dissertação de Hugo Oliveira que avaliou a condição bucal de pessoas trans e a relação com a qualidade de vida (Oliveira, 2023), único estudo produzido por um PPG em odontologia dentre os 226 aqui mapeados. Mélo *et al.* (2023, p.4) ressaltam a lacuna de informações acerca da saúde bucal de pessoas trans, porém, afirmam que “as poucas informações que existem apontam que sua saúde bucal é pior que a média da população”.

No Bloco 1, houve apenas um estudo que se ocupou em estudar a biografia de uma pessoa trans, trata-se da tese de Juciana de Oliveira Sampaio, defendida na UFMA em 2015, que se debruçou sobre a história de Janaína Dutra, a primeira advogada transexual do Brasil. No Bloco 2 foram produzidos nove trabalhos com objetivo de demonstrar a representatividade travesti na política (como parlamentares), na literatura, na música, na religião e até mesmo no período da ditadura militar enquanto resistência.

De todos os estudos do Bloco 1, apenas dois são específicos sobre homens trans. Os demais se direcionam diretamente às travestis, transexuais e mulheres trans. No Bloco 2 a situação não é muito diferente, pois há apenas três estudos. É a invisibilidade e o apagamento histórico de transmasculinos, algo já bastante debatido por pesquisadores trans como Vicente Tchalian (2017).

3 CONCLUSÃO

Os estudos sobre pessoas trans estão em expansão, principalmente na última década. Todavia, ainda são escassos, dada a urgência de uma população cuja expectativa de vida é de 35 anos.

A evolução de objetivos dos trabalhos ao longo dos anos demonstrou o distanciamento dos pesquisadores de estereótipos antigos e a proximidade com novas perspectivas mais humanas e sensíveis. No entanto, os homens trans seguem sendo ignorados.

Entre as universidades nordestinas pesquisadas, há aquelas que estão dando passos largos na construção de conhecimentos sobre pessoas trans e aquelas que recentemente começaram a desabrochar. De todo modo, já há um movimento nesse sentido em todas.

A entrada de novos alunos e novos professores, cuja mentalidade respeita e luta pelos direitos humanos, é crucial para a evolução do espaço acadêmico e a construção de uma universidade mais diversa e segura para todos, bem como para a elaboração de novos saberes, através do desenvolvimento de pesquisas sobre temas que são historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

BUENO, F; MOTTA, D. G; **Pessoas transgênero e educação: O que já foi produzido em nível de doutorado? Seminário Internacional Fazendo Gênero 13**. v.13. UFSC, Florianópolis-SC. 2024.

GALVÃO, D. L. S. **A interseccionalidade na amamentação em pessoas transgêneras: vivências de profissionais e usuários de banco de leite humano**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

HOPPEN, N. H. F; VANZ, S. A. S; O que são estudos de gênero: Caracterização da produção científica autodenominada estudos de gênero em uma base de dados multidisciplinar e internacional. **Encontros Bibli**, v.25. 2020.

MÉLO, A. M; *et al.* Atenção integral à população trans: panorama da atuação do cirurgião-dentista na atenção primária à saúde. **BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 20, p. 1-17, 2023.

MIRANDA, K. J. N; CORDÃO, M. P. S; Filantropia corporativa a serviço do capital: uma visão histórico-crítica do fomento da Fundação Ford à produção feminista acadêmica brasileira (1978-1998). **Revista Angelus Novus**, n. 17, p. 189590-189590, 2021.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F. Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil. **Dados**, v. 58, p. 749-789, 2015.

OLIVEIRA, H. A. G. **Condição bucal e qualidade de vida de indivíduos transgêneros**: um estudo transversal. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. A cobaia agora é você: Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**, v. 36, p. 157-178, 2023.

SANTOS, J. C. O. HACKEAMOS A UNIVERSIDADE: disputas e afirmações sobre o (não) lugar das pessoas trans e travestis na universidade. **Revista Teias**, v. 24, n. 73, p. 324-337, 2023.

TCHALAIN, V. Transmasculinidades: invisibilidade, escassez de informações e apagamento histórico. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11**, v. 11. UFSC, Florianópolis-SC. 2017.

Palavras-chave: Mapeamento. Transgênero. Nordeste. Produção científica.